



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS**  
**PRIMEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

**Processo nº** 10675.906658/2009-94  
**Recurso nº** 999.999Voluntário  
**Resolução nº** 1401-001.639 – 4<sup>a</sup> Câmara / 1<sup>a</sup> Turma Ordinária  
**Data** 12 de setembro de 2013  
**Assunto** Sobrestamento  
**Recorrente** ABC - INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A - ABC - INCO  
**Recorrida** FAZENDA NACIONAL

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Resolvem os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em SOBRESTAR o presente feito até o completo transito em julgado do processo nº. 10675.000613/2003.

*(assinado digitalmente)*

Jorge Celso Freire da Silva - Presidente.

*(assinado digitalmente)*

Antonio Bezerra Neto - Relator.

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Antonio Bezerra Neto, Alexandre Antônio Alkmim Teixeira, Fernando Luiz Gomes de Mattos, Maurício Pereira Faro, Sérgio Luiz Bezerra Presta e Jorge Celso Freire da Silva.

## RELATÓRIO

Trata-se de recurso voluntário em face do Acórdão da 1ª Turma da Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Juiz de Fora, que manteve o lançamento.

Adoto e transcrevo o relatório constante na decisão de primeira instância, compondo em parte este relatório:

Por meio do Despacho Decisório nº Rastreamento 843129514, de 7 de julho de 2009, exarado pela DRF/UBE, assim foi decidido:

Analisadas as informações prestadas no documento acima identificado e considerando que a soma das parcelas de composição do crédito informadas no PER/DCOMP deve ser suficiente para comprovar a quitação do imposto devido e a apuração do saldo negativo, verificou-se:

<u>PARCELAS DE COMPOSIÇÃO DO CREDITO INFORMADAS NO PER/DCOMP PARC.CREDITO</u>	R XTERIOR	ETENÇÕES FONTE	AGAMENTOS	STIM.COMP. SNPA	STIM. PARCELADAS	EM.ESTIM COMP.	OMA PARC.CRED.
PER/DCOMP	,00	.263.244,86	.879.788,88	,00	,00	.001.955,09	.144.988,83
CONFIRMADAS	,00	.259.523,41	.879.788,88	,00	,00	30.496,48	.069.808,77

Valor original do saldo negativo informado no PER/DCOMP com demonstrativo de crédito: R\$ 1.690.627,74

Somatório das parcelas de composição do crédito na DIPJ: R\$ 5.144.988,83  
IRPJ devido: R\$ 3.454.361,10

Valor do saldo negativo disponível= (Parcelas confirmadas limitado ao somatório das parcelas na DIPJ) - (IRPJ devido) Valor do saldo negativo disponível: R\$ 1.615.447,67

O crédito reconhecido foi insuficiente para compensar integralmente os débitos informados pelo sujeito passivo, razão pela qual:

HOMOLOGO PARCIALMENTE a compensação declarada no PER/DCOMP:

34599.49925.081104.1.3.02-1329

NAO HOMOLOGO a compensação declarada no(s) seguinte(s) PER/DCOMP:

42621.39146.101204.1.302-3808

Inconformada, a contribuinte apresentou manifestação de inconformidade, nos seguintes termos:

Uma parte dos valores que compõem o crédito (saldo negativo de IRPJ, ano base 2003) refere-se a estimativas de IRPJ compensadas com crédito presumido de IPI, relativo ao ano de 2002, cujo pedido de resarcimento foi instrumentalizado pelo PAF 10675.000613/2003-19.

Assim, a fiscalização não homologou as compensações requeridas neste processo, uma vez que não haviam reconhecido integralmente o crédito presumido de

IPI, requerido no PAF 10675.000613/2003-19, razão pela qual a compensação realizada no âmbito do IRPJ estimativa, não resultaria crédito ao final do período.

Ocorre, no entanto, que a fiscalização não levou em consideração que a Impugnante recorreu da decisão que não homologara integralmente o direito creditório (crédito presumido de IPI) e, quando daquele recurso, houve a suspensão da exigibilidade dos referidos créditos tributários.

Segue relato sucinto do desenvolvimento do PAF 10675.000613/2003-19:

Outra parte que compõe o direito creditório levado à compensação da PIS, refere-se ao IRRF de aplicação financeira, no qual o Banco responsável realizou a retenção na fonte, conforme comprovam os extratos anexos.

Outra exigência da Receita Federal no referido Despacho Decisório é a que imputa à Recorrente a obrigação do pagamento do IR/Retido pela Fonte Pagadora com CNPJ 58.257.619/0001-66.

Solicita ainda a manifestante a suspensão e reunião do presente processo ao processo nº 10675.000613/2003-19, além da suspensão da exigibilidade do crédito tributário.

A DRJ INDEFERIU a solicitação, nos seguintes termos:

**ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO**

Período de apuração: 01/01/2003 a 31/12/2003

**DÉBITO DE ESTIMATIVA. COMPENSAÇÃO NÃO HOMOLOGADA. COMPOSIÇÃO. SALDO NEGATIVO. CRÉDITO. LIQUIDEZ E CERTEZA.**

O crédito solicitado/oferecido em compensação e proveniente de saldo negativo apurado em período anterior, deve se revestir dos requisitos de certeza e liquidez exigidos pela legislação tributária, o que não se verifica quando em suas parcelas de composição constar débito(s) de estimativa cuja compensação não foi homologada.

**EXIGIBILIDADE. SUSPENSÃO. COMPENSAÇÃO NÃO HOMOLOGADA.**

As manifestações de inconformidade e os recursos apresentados em razão da não homologação da compensação suspendem a exigibilidade dos débitos não compensados.

**SOBRESTAMENTO. PRINCÍPIO DA AUTONOMIA PROCESSUAL.**

O processo administrativo fiscal é regido por princípios próprios, como o da oficialidade, que obriga a administração a impulsioná-lo até sua decisão final. A autoridade administrativa não tem poderes para sobrestrar o julgamento de litígio regularmente instaurado.

Irresignada com a decisão de primeira instância, a interessada interpôs recurso voluntário a este CARF, repisando os tópicos trazidos anteriormente na impugnação.

É o Relatório

**VOTO**

Conselheiro Antonio Bezerra Neto, Relator

Os requisitos de admissibilidade foram atendidos.

Trata-se de indeferimento de Dcomp em função da não comprovação de parte do saldo negativo declarado.

Acontece que uma parte do montante indeferido (saldo negativo de IRPJ, ano base 2003) refere-se a estimativas de IRPJ compensadas com crédito presumido de IPI, relativo ao ano de 2002, cujo pedido de ressarcimento foi instrumentalizado pelo PAF 10675.000613/2003-19.

Assim, as compensações requeridas neste processo não foram homologadas em parte, uma vez que não haviam reconhecido integralmente o crédito presumido de IPI, requerido no PAF 10675.000613/2003-19, razão pela qual a compensação realizada no âmbito do IRPJ estimativa, não resultaria crédito ao final do período.

A DRJ identificou essa conexão, mas prosseguiu no julgamento considerando o princípio da oficialidade e a ausência de normas reguladoras que suspendam o prosseguimento do feito em casos tais.

Em consulta efetuada nos sistemas informatizados do CARF, verificou-se que o processo nº 10675.000613/2003-19 encontra-se atualmente na CSRF, mas ainda não transitado definitivamente em julgado

É possível se verificar que a matéria tributável objeto dos presentes depende do completo trânsito administrativo em julgado do processo administrativo nº 13811.000088/2009-11, que encontra-se na CSRF

Diferentemente da DRJ, o CARF é a última instância administrativa, portanto, não há como cumprir o princípio da oficialidade sem macular a ordem lógica dos fatos e o princípio da segurança jurídica que não tolera o chamado julgamento condicional..

Nesse contexto, deve o presente processo ser sobreposto, até que se processe o trânsito em julgado em definitivo da decisão no processo nº 10675.000613/2003-19.

Outrossim, transitado definitivamente em julgado deve-se extrair cópia da referida decisão administrativa, anexando-a ao presente feito tão logo ocorra o trânsito em julgado da respectiva decisão, bem assim seja a mesma informada a este feito para que o presente processo volte a julgamento perante.

*(assinado digitalmente)*

Antonio Bezerra Neto